

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Investimentos

Houvesse uma política de investimento nas cadeias produtivas essenciais para nossa economia, o Brasil não estaria em posição tão vulnerável. E quem mais sofre com essas carências é a população de baixa renda, que sente com mais força a carestia provocada pela crise internacional.

Na pandemia também

A fragilidade brasileira ante choques externos também ocorreu em 2020, com o advento da pandemia de covid-19. Surpreendido pelo novo coronavírus, o Brasil viu-se na angustiante situação de não contar com insumos próprios para a produção de uma vacina. Dependia da boa vontade de países que investiram na indústria farmacêutica. A essa dificuldade estrutural somou-se o negacionismo do governo federal, recalcitrante na aquisição de imunizantes.

Mais transparência

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu aumentar o número de urnas eletrônicas auditadas antes das eleições. A mudança foi aprovada em sessão administrativa nesta quinta-feira e representa mais um esforço para ampliar a transparência do pleito em meio aos ataques ao sistema de votação. A resolução aprovada mantém o percentual anterior, de 3% das urnas, como o mínimo dos aparelhos a serem auditados, e passa a estabelecer um limite de 6% do contingente preparado para cada zona eleitoral.

Boletim expresso

O TSE ainda aprovou um ajuste na etapa de totalização dos votos. A disponibilização dos Boletins de Urna, que eram compartilhados até três dias após o encerramento da contagem, passarão a ficar disponíveis praticamente em tempo real no portal da Corte Eleitoral.

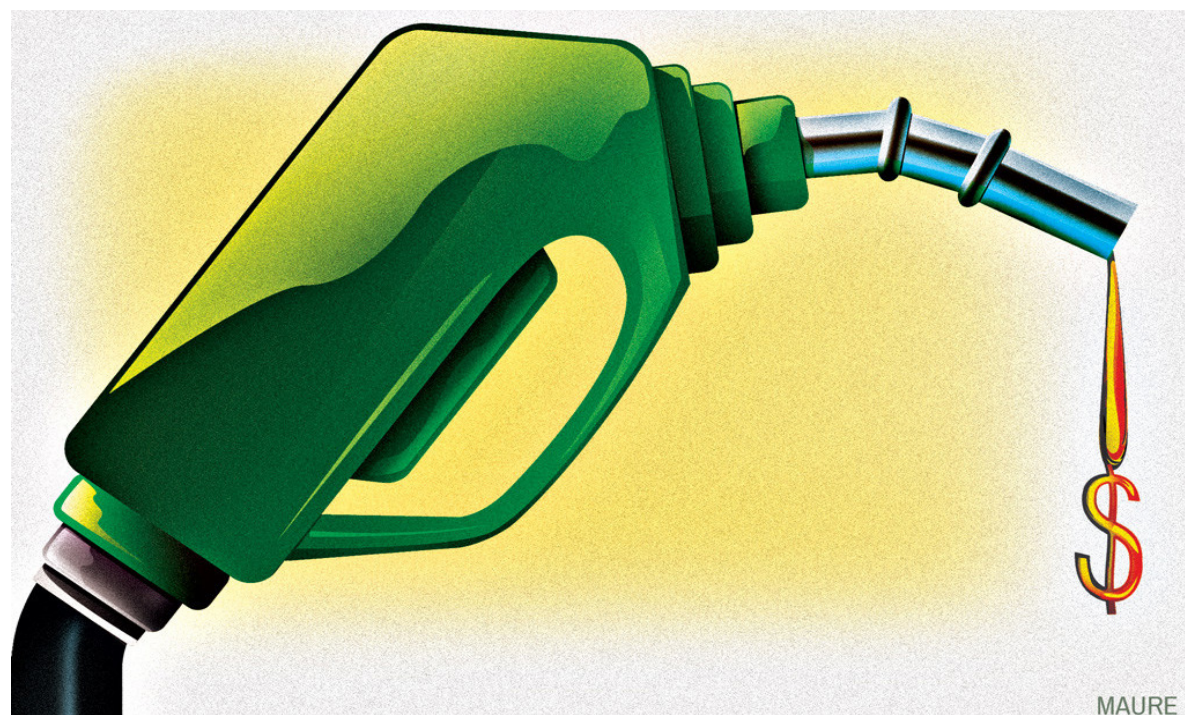
Guerra escancara as fragilidades internas do Brasil

Mais uma vez, um evento de proporção global evidencia as deficiências do Brasil no campo econômico e político. A guerra na Ucrânia escancarou a fragilidade da posição brasileira no mercado mundial de petróleo e de fertilizantes. Temos, por um lado, uma empresa do porte da Petrobras, um gigante avaliado em aproximadamente US\$ 70 bilhões, capaz de produzir 2,8 milhões de barris por dia. Por outro lado, somos conhecidos como o celeiro do mundo, em razão da nossa extraordinária produtividade no campo. Esses predicados, no entanto, escondem precariedades da nossa economia e, por extensão, da nossa política.

Como sabemos, o Brasil já enfrentava uma alta

de combustíveis antes da crise na Ucrânia. Parte do problema são as falhas no processo de refino de petróleo, o que obriga o Brasil a importar derivados. Há, ainda, o impasse tributário, que se arrasta há meses sem entendimento entre os entes da Federação, particularmente no Congresso Nacional.

Problema semelhante ocorre em relação a fertilizantes. Existe, no Brasil, uma lacuna na fabricação desses itens. Falta investimento em infraestrutura para evitar, ou ao menos diminuir, a dependência do mercado externo. Somos campeões da exportação de commodities, mas precisamos importar produtos agregados para viabilizar nossa produção.



Crime de fôlego

Pesquisa encomendada pelo Fórum Nacional contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNPCI) aponta que 48% dos cigarros consumidos no Brasil — o equivalente a 53,1 bilhões de unidades — têm origem ilegal. Os dados são relativos a 2021. Boa parte dessa mercadoria é proveniente de contrabando do Paraguai, mas é expressiva a quantidade de fábricas nacionais que operam na clandestinidade.

Combate estruturado

“O combate ao mercado ilegal exige ações de longo prazo. “O combate ao cigarro do crime não pode depender de fatores externos, como a alta do dólar, que aumenta o preço do ilegal, reflexo de um cenário atípico e circunstancial. Reprimir o ilegal é também incentivar e apoiar quem produz dentro da lei”, defende Edson Vismona, presidente do FNPCI.

Prioridades

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), está colhendo assinaturas para votar, em regime de urgência, o projeto de lei que autoriza a mineração em terras indígenas. Essa é a solução defendida pelo presidente para enfrentar o iminente desabastecimento de fertilizantes provocado pela guerra na Ucrânia. Enquanto isso, 544 processos para exploração de potássio, elemento chave para produção de fertilizantes, tramitam na Agência Nacional de Mineração.

PODER

Na mira da PF por fake news

Corporação abre inquérito contra Bolsonaro pela declaração que relaciona vacina da covid-19 à infecção pelo vírus da Aids

» MICHELLE PORTELA

A Polícia Federal abriu inquérito contra o presidente Jair Bolsonaro (PL) por divulgar notícia falsa que relaciona a vacina contra a covid-19 ao risco de infecção pelo vírus da Aids. Publicamente desmentidas por autoridades científicas, as declarações do chefe do Executivo foram dadas em transmissão nas redes sociais em 21 de outubro do ano passado.

O início da apuração foi comunicado pela PF ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou a abertura do inquérito em 3 de dezembro. Bolsonaro é investigado pelos crimes de epidemia, infração de medida sanitária preventiva e incitação ao crime.

A apuração, aberta em 23 de fevereiro, está sob responsabilidade da delegada Lorena Lima Nascimento, que atua na Coordenação de Inquéritos nos

Tribunais Superiores (Cinq) da PF. Ela pediu a Moraes o compartilhamento de uma investigação sobre o caso que está a cargo da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Cooperação

Na live, Bolsonaro diz que “relatórios oficiais do governo do Reino Unido sugerem que os totalmente vacinados — quem são os totalmente vacinados? Aqueles depois da segunda dose, 15 dias depois — estão desenvolvendo a síndrome da imunodeficiência adquirida (Aids) muito mais rápido do que o previsto”.

Por isso, entre as primeiras medidas adotadas pela delegada, está a instrução para que a Coordenação-Geral de Cooperação Internacional questione o Departamento de Saúde e Assistência Social do Reino Unido se o país divulgou essa informação em seus sites oficiais.

Anderson Riedel/PR



Bolsonaro alegou que “os totalmente vacinados estão desenvolvendo Aids muito mais rápido”

Saiba mais

Compartilhamento de informações

No documento em que informa o Supremo Tribunal Federal sobre a abertura da investigação contra o presidente Jair Bolsonaro por divulgar fake news, a Polícia Federal pede à Corte o compartilhamento dos autos da apuração em que a corporação atribuiu ao chefe do Executivo a violação de sigilo funcional. Isso porque ele revelou inquérito sigiloso sobre ataque hacker aos sistemas do Tribunal Superior Eleitoral nas eleições de 2018. A Procuradoria-Geral da República defende o arquivamento dessa investigação.

Senador tenta frear manobra do chefe da corporação

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) pediu, ontem, ao Supremo Tribunal Federal (STF) que proíba o novo diretor-geral da Polícia Federal, Márcio Nunes, de trocar delegados responsáveis por diretorias estratégicas até a conclusão dos inquéritos já iniciados contra autoridades com foro privilegiado.

O objetivo, segundo a representação enviada ao STF, é impedir que as substituições ocorram em efeito dominó e comprometam apurações em andamento. “Com a troca da alta cúpula da corporação, almeja-se obstruir as investigações em curso que envolvem o

presidente da República e seus familiares”, acusa o senador.

O pedido tem a intenção de blindar a Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado (Dicor), que abriga dois dos setores mais sensíveis da corporação: o que cuida de inquéritos contra políticos e autoridades e o que investiga casos de corrupção.

Randolfe também sugere o veto a eventuais trocas na Diretoria de Inteligência Policial (DIP) e em órgãos subordinados. “A PF não é uma extensão do cercadinho do presidente da República: trata-se de um órgão de Estado,

estratégico para o devido funcionamento das instituições republicanas, cujas atribuições não podem ser violadas ao bel-prazer ou para atender caprichos e interesses particulares do governante de plantão”, diz outro trecho da representação enviada ao Supremo.

O presidente Jair Bolsonaro (PL) trocou pela terceira vez o diretor-geral da Polícia Federal. Desde que ele assumiu o governo, passaram pelo cargo os delegados Maurício Valeixo, Roldão de Souza, Paulo Maurino e o atual titular, Márcio Nunes.

Cada substituição amplia o desgaste interno. Isso porque

as mudanças no comando da corporação costumam trazer trocas adicionais a reboque: os diretores-gerais assumem com a perspectiva de montar equipes próprias. A avaliação entre a classe é que falta estabilidade para o trabalho.

O próprio presidente responde a diversas investigações a cargo da Polícia Federal, inclusive por suspeita de tentar interferir politicamente na corporação para blindar aliados, como denunciou o ex-ministro da Justiça Sérgio Moro — hoje cotado como pré-candidato ao Planalto — a deixar o governo.

Tom Costa/MJSP



Pedido é para que Nunes não mude diretorias estratégicas da PF